

TENDÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE O GÊNERO E EDUCAÇÃO: UM BALANÇO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE, PB

Adeilson Paulino de Barros (Graduando em Pedagogia – UEPB)

Prof^ª Dr^ª. Elvira Bezerra Pessoa (UEPB)

RESUMO

O presente trabalho traz uma análise reflexiva sobre o homem como professor de Educação Infantil, visto que este espaço é extremamente feminino. Entende-se que o cuidar materno está ligado a mãe e fica bem representada por uma mulher. Durante a nossa investigação tendo como instrumento metodológico o questionário, sendo a pesquisa de cunho qualitativa. Tendo como estudos os teóricos como ALMEIDA (1999), PICAZIO (1999) entre outros. Vimos que o sentido do cuidar está associado como uma caracterização das atribuições do sexo feminino, e que as gestoras de redes públicas não vêem problema em aceitar em suas instituições profissionais do sexo masculino no momento que tem uma visão que este cargo não é atribuição de um determinado gênero e sim, sua habilitação e competência. Consideramos que é nas instituições infantis o caminho para desconstruir esse preconceito que está enraizado ao longo do tempo da nossa história na educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil, Gênero, Prática docente.

A educação infantil atende crianças de 0 a 05 anos e tem como finalidade proporcionar o cuidar e educar em conjunto com a família. A educação infantil acontece no âmbito privado, público, municipal e estadual segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de número 9394/96).

Gênero é uma construção que se dá durante toda a vida, isso acontece em diferentes instituições e práticas sociais que constituem os sujeitos como homens e mulheres em um processo que não tem fim, nem se completa. Os sujeitos se fazem homens e mulheres continuamente, de maneira dinâmica, aprendida nas diferentes instituições sociais que expressam as relações sociais de gênero, ou seja, são generificadas. A escola é uma dessas instituições que tem transmitido e reproduzido, por meio de suas práticas sociais, valores e comportamentos, considerados adequados, formando sujeitos masculinos e femininos.

Partindo do pressuposto da formação exigida pelos documentos da LDB e do RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil) um aluno do curso de pedagogia para lecionar a docência precisa cumprir com componentes da educação

infantil, visto que os estagiários do sexo masculino ao adentrar nestas instituições são visto com outros olhares e classificados como homossexuais.

Historicamente podemos observar que essa profissão sempre foi exercida por mulheres, pois elas têm o dom de ser mãe e quando um homem adentra este espaço principalmente na educação infantil enfrenta preconceitos e barreiras sexistas.

Pouco se tem de escrito sobre a feminização do magistério o que se sabe que aos poucos as mulheres foram ocupando um espaço que era extremamente masculino, hoje a mulher é vista como a melhor representação pelo simples fato o dom “natural” de ser mãe, pois, a educação infantil é vista como uma extensão do lar e de responsabilidade de mulheres. Como afirma Carvalho:

Predomina uma visão maternal e feminina na docência no curso primário, colocando em relevo os aspectos formadores, relacionais, psicológicos, intuitivos e emocionais da profissão, frente aqueles aspectos socialmente identificados com a masculinidade, tais como a racionalidade, a impessoalidade, o profissionalismo, a técnica e o conhecimento científico (1998, p. 5).

Presenciando as angústias dos estudantes do sexo masculino do curso de Pedagogia da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba), e dos demais profissionais da área da Educação Infantil, ao se depararem com preconceitos no âmbito do estágio e no mercado de trabalho, pois seus gestores ao preferir mulheres para lecionar na educação infantil, concretizando ainda que o mercado de trabalho tenha dois sexos, nessa perspectiva surgiu esta pesquisa em avaliar as influências na questão de gênero que o educador masculino enfrenta ao optar exercer a docência no ensino infantil.

O trabalho está estruturado no referencial teórico que tem como contribuições os teóricos como ALMEIDA (1999), JÚNIOR (2010), PICAZIO (1999), entre outros que contrapõe os resultados e discussões coletados durante aplicação do questionário com as gestoras das instituições de educação infantil, sob a luz de um paradigma feminista, programas de inclusão e de políticas públicas nacionais para a qualificação dos profissionais da educação, e de acordo com os principais documentos oficiais que regulamenta o ensino infantil no processo educacional diante da formação docente, respeitando os direitos de todos os envolvidos nesta primeira etapa da educação básica.

Educação infantil no Brasil

A educação infantil é espaço sistematizado de saberes no processo de ensino e aprendizagem no desenvolvimento cognitivo, social, histórico, cultural, psicomotor, econômico de uma criança, ou seja, integral: mediado por um profissional educacional habilitado.

As rotinas que dão vida a ação pedagógica destas instituições, começando pela entrada das crianças, seguindo, vem às acolhidas por parte dos profissionais das instituições, são retiradas as roupas das crianças que vem de casa e substituídas pela farda da creche. Antes de o café ser servido, as “tias” cantam com as crianças, uma atividade pedagógica é aplicada, ao término segue para os pátios ou banco de areia para recreação livre, os prês e os maternais fazem sempre essa atividade em horários distintos, enquanto nos berçários se houver na instituição as crianças permanecem com as “tias” porque são pequenas demais, e tem algumas que ainda não andam.

A educação infantil apresentada até então neste trabalho, é a visão do tempo real, ou seja, o tempo cronológico que estamos vivendo neste século XXI na cidade de Campina Grande. Mas isso não aconteceu em séculos passados, foram constantes lutas de movimentos sociais, movimentos feministas e movimentos de profissionais da área da educação que reivindicaram por políticas públicas educacionais, até a formação de leis que garantisse a regulamentação desses direitos. Não estamos ainda no patamar de perfeição neste segmento educacional, porque ainda existem vestígios históricos que influenciam na formação de profissionais nesta área, um deles é a questão de gênero o que vamos descrever neste trabalho.

Daí a importância da história da Educação Infantil no Brasil para entender a trajetória que esse segmento de ensino sofreu ao longo de sua formação.

Durante a trajetória muito se avançou com as leis promulgadas e muito ainda deve ser discutido, repensado para avançar ainda mais, e ser retirado o sentido que ainda existe na Educação Infantil como uma educação voltada para assistencialismo, forma compensatória, e mais ainda a desvalorização do profissional em nível salarial como intelectual uma das prioridades da educação é a formação de cidadãos para uma sociedade justa e igualitária, o Ministério da Educação e Desporto (MEC) em 1998 cria o ponto de partida que é o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil) dando embasamento teórico aos professores que atuam nesta área.

Um olhar de gênero na educação infantil

Mesmo respaldados por lei, por resoluções, por programas, as políticas públicas criadas para assegurar os direitos de todos os seres humanos em atividades sociais, sem ter discriminação, rejeição por parte da sexualidade, de credo religioso, de raça, etnia etc. Como uma forma de inclusão de uma minoria para a coletividade, percebe-se que precisa ainda caminhar muito, porque ainda existe uma parcela da população no senso comum mesmo estando em academias, possui uma visão reducionista e voltada para classificação, rotulação de indivíduos que não estariam de acordo com as normas vigentes, maquiando o termo incluir e no mesmo tempo excluindo outros, Schillig questiona: “Um das repostas é pelo exercício da classificação. O que é normal, o que é patológico ou anormal? Esta é uma discussão fundadora e central da sociologia. A que classe social você pertence? Onde você se encaixa, ou então, qual é seu “desencaixe”, seu desvio? (2008, p.16).

Nesta construção de valores, na sociabilidade, vai surgindo em cada indivíduo uma identidade sexual que pode ser fixa, mista, acoplada, a esse conjunto de características sexuais que diferenciam cada indivíduo, através dos sentimentos, atitudes em relação ao sexo, exemplificando ser feminino, ser masculino, e aqueles que são mistos que aceitam o seu sexo biológico e vivem o sexo oposto como os travestis; tem os que não aceitam o sexo de sua genitália como os transgêneros, todas essas classificações diante da identidade sexual ocorrem como cada sexo se sente, se confirma no que se acredita ser, surgindo os conflitos a partir dos comportamentos que por esses são desenvolvidos na sociedade, assim:

Tais comportamentos em relação a meninas e meninos, mulheres e homens são vistos como “naturais” ou como parte integrante de uma “essência” feminina e masculina, servindo, muitas vezes para justificar a desigualdades entre ambos. No entanto, as experiências que temos em relação a homens e mulheres, meninos e meninas são construídas numa determinada cultura e num determinado tempo histórico. São essas expectativas que chamamos de relações de gênero. (GRAIDY e KAERCHER, 2001,p.65).

Nas relações de gêneros desenvolvidas em sociedade, são diferenciadas, ou seja, são distribuídas atividades para cada sexo, denominada de papel sexual de cada gênero, são seus comportamentos diante da sociedade, como exemplificamos o professor da

Educação Infantil do sexo masculino no início, que é anormal, não é aceito homens na Educação Infantil por se considerado uma atividade voltada ao lar, às prendas domésticas atribuições socialmente construídas para as mulheres exercer.

Se o professor do sexo masculino optar em assumir uma sala de Educação Infantil, será visto com um olhar voltado para sua orientação sexual, sendo sua escolha a quem se desejar sexualmente e afetivamente se relacionar, nos padrões convencionais, como os héretos que se relacionam com o sexo oposto ao seu, os que fogem do padrão são classificados como homossexuais aqueles que sentem felizes ao se relacionar com indivíduos do mesmo sexo, e aqueles que assumi essa posição, tem um estilo de vida de acordo com suas preferências e vivem sua sexualidade abertamente são considerados de gays.

Todos esses indivíduos classificados como anormais e que não servem para sociedade, e muito menos para exerceram o trabalho na educação por suas influências e risco existentes por sua sexualidade. Essa é uma forma de discriminação e negar toda luta dos movimentos feministas, sociais, educacionais, o que visa como o individuo utiliza sua sexualidade diante da sociedade, como foi apresentado nos quatro aspectos da sexualidade criados por Picazio (1999,p.19): “sexo biológico, identidade sexual, papel sexual e orientação sexual”. O Programa Brasil Sem Homofobia diferencia e desmistificar o preconceito no sentido de sexo e da sexualidade de cada indivíduo que tanto excluir por sua orientação e por sua identidade sexual que não corresponde ao seu sexo biológico, como cita abaixo:

Atualmente a palavra “sexo” é usada em dois sentidos diferentes: um refere-se ao gênero e define como a pessoa é, ao ser considerada como sendo do sexo masculino ou feminino; e outro se refere a parte física da relação sexual. Sexualidade transcende os limites do ato sexual e inclui sentimentos, fantasias, desejos, sensações e interpretações. (BRASIL, 2004, p.29)

Com as contribuições do movimento feminista, em relação às desigualdades entre existente entres os sexos na década de 70, surge um novo paradigma uma visão de igualar o sexo feminino aos menos direitos do sexo masculino como direito a participação na vida pública e política, surge a parti daí o conceito de gênero, que aqui fica entendido como

[...] construção social e cultural de homem e de mulher. Assim, as diferentes organizações sociais estruturam em diferentes períodos da história, modelos de masculinidade e feminilidade e lhe atribuem valores diferenciados e hierarquia. A teoria de gênero afasta da biologia e conduz para as ciências sociais explicações de desigualdades entre os sexos. (ALMEIDA, 1996, p.72)

O que não se pensou que com essa revolução, da inclusão das mulheres, estava surgindo outra exclusão, quando conquistaram o magistério essa profissão ficou como marca característica do feminino, excluindo os homens de ocuparem este espaço.

Temos uma constituição que igualar a todos, mas ainda não é respeitado, e mais ainda grande parte não tem acesso a essas leis ou conhecimento, o que dificulta o trabalho dos movimentos sociais, que um deles é o GLTB (gays, lésbicas, transgêneros, bissexuais) que na década 80 reivindicaram por direitos civis iguais a todos os outros cidadãos, que era discriminado por sua orientação sexual e identidade sexual não correspondente ao sexo biológico.

Metodologia e Resultados

Quanto à abordagem da análise dos dados coletados diante da aplicação dos questionários com as gestoras das instituições infantis na cidade de Campina Grande-PB foi feita uma pesquisa qualitativa. De acordo com MINAYO (1994, p.21): “pesquisa qualitativa responde a questão muito particulares, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]”. Daí, a necessidade nesse estudo de estabelecermos uma compreensão dos dados coletados sobre os informes contidos nas respostas das entrevistadas.

Foi feito um levantamento junto à secretaria de educação da Prefeitura Municipal de Campina Grande, referente à inserção da presença de professores do sexo masculino na educação infantil onde foi verificado que possuía 25 instituições na cidade, e em apenas duas delas havia um professor do sexo masculino exercendo o papel de educador infantil. Incluímos estas duas instituições para serem aplicados os questionários, ainda abrangemos cinco instituições que não tinha a presença deste profissional, para entendermos as tendências sobre o gênero e educação no ensino infantil da cidade de Campina Grande.

O instrumento da coleta de dados se deu com a aplicação de questionários estruturados com as seguintes perguntas: 1- Aqui existe professores (educadores) no

ensino infantil?; 2- Você aceitaria um professor no ensino infantil na sua instituição? Por quê?; 3- Existe preconceito de gênero com “homens” educadores no ensino infantil? Por quê?; 4- A educação infantil ainda é considerada profissão de mulher. Você concorda com essa afirmação? Por quê? e 5- Em relação à família das crianças, elas interferem para aceitação de educadores (homens) como cuidador nas creches de nossa cidade?

Os nomes das gestoras serão preservados por uma questão de ética e no mesmo será identificadas aqui neste trabalho referente às cores do arco-íris, as cores que contém também na bandeira do movimento GLTB.

Com resultados da questão 1, tendo como resultado apenas dois profissionais do sexo masculino atuando nos espaço do ensino infantil.

O sim, foi o resultado de todas as respostas na questão 2; as gestoras não veem problema em aceitar em suas instituições profissionais do sexo masculino no momento que tem uma visão que este cargo não é atribuição de um determinado gênero e sim, sua habilitação e competência, como vimos nas respostas; para gestora de cor vermelha quando afirma que: “não vejo em que o gênero iria alterar o desempenho do profissional”, a de cor Laranja, reafirma na sua resposta: “porque o que vale é o profissionalismo, a capacidade de cada um e não o gênero”.

Para gestora de cor Amarelo, trás na sua resposta a importância que a presença deste profissional na educação infantil, quando diz: “acredito que a figura masculina traria um significado relevante no desenvolvimento da criança, na sua formação de valores”. A gestora verde vem com as mesmas ideias da importância da figura do professor na educação da gestora anterior, porém ressalta o que vimos no referencial teórico o processo histórico da marca da feminização do magistério, quando diz: “sabemos que historicamente a profissão de educador principalmente da ed. Básica sempre foi destinado ao sexo feminino, no entanto, acredito que o lado profissional, o compromisso do educador independe do sexo”.

A gestora de cor Azul responde: “não tenho preconceito de gênero, já vivenciamos estas experiências na instituição, pois há 17 anos existe um professor atuando em sala de aula, como também outro já esteve exercendo suas funções aqui”.

Percebe-se que gestora Azul tem uma visão sobre as relações de gênero, afirmando que as experiências obtidas em sua instituição a qual é gestora foram à prova que o profissional da educação infantil não é referência de gênero sexual, e sim da sua prática pedagógica.

Conforme foi as respostas, da gestora de cor Anil: “se ele fosse habilitado a trabalhar com educação infantil, sabendo que teria que enfrentar o preconceito de alguns pais”.

Enquanto que a de cor Violeta diz: “sem nenhum problema, acredito que o homem é tão capaz quanto à mulher desde que tenha formação para atuar na área e gostar de trabalhar com crianças”.

Nos resultados da questão 3 – a gestora de cor Vermelha e a da cor Amarelo responderam “não tenho conhecimento”, já a de cor Laranja não cita mas afirma que: “muitas pessoas ainda não aceitam, principalmente os pais”.

A cor Verde diz que: “sim, por se tratar de uma educação voltada ao cuidar, ao espaço da mulher cuidando dos filhos, o papel do educador é confundido como extensão desta ação daí porque encontramos limitações do aceitar o masculino no exercício do magistério”. Enquanto, que na instituição de cor Azul sentimos uma posição de confiança diante do seu profissional nas relações com toda a comunidade docente, discente e com a comunidade em geral, portanto ela diz: “não, nesta instituição não, porém em outras infelizmente existe. Percebemos a existência deste preconceito quando recebemos a visita de outros colegas de trabalho e questionam a presença do nosso colega de profissão na instituição.

Vamos encontrar na resposta da gestora da cor Anil, o que Almeida (1998, p. 74) relata na citação: “[...] prolongamento das funções domésticas e instruir e educar crianças, sob o mascaramento da missão e da vocação inerentes as mulheres, [...]”, quando afirma que: “É claro que sim, pois os pais e a direção vêem a educação infantil como o lado materno das educadoras. Exigindo assim das professoras mais afetividade, dedicação e cuidados atenciosos”.

Para gestora de cor Violeta: “sim, tem a questão de que o homem é menos delicado e por outro lado que homens não têm interesse por essa área. É mais questão cultural”. É o que vimos na citação de Júnior (2010, p, 26):

A masculinidade se vê associada, normalmente, a prática onde a tônica é a violência, a falta de cuidado com os outros e consigo mesmo. Ao masculino são associados aventura e o risco, que levam os homens a se colocarem em situações e a promoverem práticas que expõem a morte, ao acidentes e ao dano físico e psicológico.

Porém quando as gestoras responderam não, com exceção da gestora de cor Anil que respondeu sim, quanto à afirmação na da questão 4.

Acrescentando as respostas de algumas delas, a gestora de cor Vermelha declara que: “não vejo que só as mulheres devam trabalhar com a educação infantil, pois a criança tem a figura masculina como referencia do pai.

A de cor Amarelo escreve: “por que, estamos formando pessoas independentes dos gêneros, e isto é responsabilidade de “todos” os educadores”. A gestora de cor Verde faz ainda referencia ao marco histórico para essa ideia quando argumenta que: “historicamente a Ed. Infantil foi compreendida como extensão dos cuidados maternos sendo então compreendida a instituição creche como espaço do cuidar ação essa atribuída a figura feminina com a única compreensão acerca da concepção de infância e dos objetivos a serem alcançados na primeira infância não há restrição para assumir a função de educador para esse segmento”.

E a gestora de cor Azul se deleita na resposta e diz: “infelizmente a sociedade, ainda vê as instituições de Ed. Infantil como sendo um campo de trabalho feminino, no entanto, eu não concordo com esta afirmação, visto que, os homens são perfeitamente capazes de exercer a profissão com maestria e dedicação”.

Na resposta da gestora de cor Anil, percebemos que ainda se encontra na ideia da concepção da década de 30, ou que não se teve acesso aos documentos, estudos, avanços diante da sua declaração que: “sim, pois as educadoras têm que amar o que faz e expressar o seu lado materno”. Salvo pela resposta da gestora de cor Violeta que além de não concordar a afirma que: “Já presenciei aula com professor no ensino infantil, onde os alunos interagiam muito bem com ele”.

Na última questão de número 5, refere-se às influências das famílias das crianças para a aceitação, ou rejeição na educação dos seus filhos por parte de educadores do sexo masculino.

A de cor Vermelho como já visto em resposta anteriores que não tem experiência, se senti confortável para dizer que: “não é do meu conhecimento”. A gestora de cor Laranja diz que: “sim, muitos ainda não aceitam”. Para a gestora de cor Amarelo diz que não teve também esta experiência, mas se acontecesse com ela acreditava que “não haveria grandes dificuldades”.

Verifica-se nas instituições que há presença dos educadores, na gestão de cor verde responde: “não, é muito tranquila o processo de aceitação das famílias. As mesmas não demonstram rejeição a nenhum educador, o que importa neste processo é o

respeito, e a capacidade afetiva na convivência entre ambos. O que surpreendeu foi na resposta da gestora de cor Azul que lamenta e nos consola dizendo que: “sim, a família ainda olha com desconfiança para este profissional, no entanto, sua conduta diária e seu trabalho é determinante para aquisição do respeito e admiração destas famílias”..

Rabelo (2004) enfatiza que a profissão docente envolve “todo um arcabouço histórico-social que alude a uma “vocação”, a uma missão que deveria ser mais importante do que a própria compensação financeira e que influencia o docente a pensar que é um “dom pessoal”.

Estas duas últimas respostas confirmam porque a educação infantil é uma marca eminentemente feminina e aqueles que estão fora dos modelos de padrão convencionais, como a presença masculina na educação infantil são classificados por características da sua sexualidade.

Assim, a gestora de cor Anil adianta aos possíveis homens não escolherem a sua instituição sendo que: “nesta instituição os pais são muito exigentes e requer das educadoras toda atenção e afetividade. Por esse motivo a direção se sente na obrigação de não aceitar educadores homens para atuar em sala de aula na educação infantil. Já temos profissionais homens na área de esportes e no ensino fundamental”. E a gestora de cor Violeta classifica a condição do gênero masculino, por sua orientação sexual, já definida pelas famílias, ela diz que há influência sim: “porque acham que para querer cuidar de crianças só sendo homossexual, e que esses são influencias negativa para as crianças”.

Mesmo que esses sujeitos consigam desempenhar com desenvoltura essa função, quando passam a atuar nessa etapa da educação infantil, ficam sujeitos a uma gama de questionamentos e até mesmo de constrangimentos.

Conclusão

Podemos analisar que o homem que exercer a docência em Educação Infantil encontrar muitas dificuldades na sua profissão, que é predominada pelo feminino, porque vimos como se deu o processo de feminização da profissão docente, antecedido pelos movimentos feministas que estavam preocupados com a maior participação social, bem como, na luta de uma formação adequada para as mulheres. Entre outras palavras, a busca por autonomia feminina não foi uma tarefa fácil, mas sua inserção no mercado de trabalho e no contexto educacional, muitas vezes seguiu as

orientações e ideologias da elite, que justificou que a mulher deveria ser professora, pois toda a sua composição social e biológica (professora e mãe) esta imbricada de uma dedicação no sentido de cuidar e educar as crianças. Sem deixar de levar em consideração que a profissão dava uma liberdade para estas mulheres terem sua vida pessoal (doméstica) e transporem os muros de suas casas, indo aos espaços destinados a educação sistemática.

Concluimos que exercendo a profissão docente teremos que demonstrar dedicação, paciência e empenho no fazer pedagógico independente ser do sexo masculino ou feminino, mas não implica dizer que devemos aceitar todas as imposições instituídas socialmente, porém, que se necessário lutemos para o nosso reconhecimento enquanto profissional na busca de salários dignos e condições de trabalho que permitam desenvolver um trabalho de qualidade.

Analisando o percurso feito durante as observações tanto no estágio como nos estudos diante desta pesquisa entendemos que devemos primeiramente compreender as crianças em sua totalidade, e ser um profissional competente, reflexivo, pesquisador na sua prática pedagógica, porém diante dos resultados coletados na pesquisa compreendemos este espaço de ensino na educação infantil ainda é composto por mulheres, e que as gestoras estão dispostas a aceitarem os profissionais do sexo masculino em suas instituições infantis. No entanto, terão que enfrentar a resistência por parte da sociedade principalmente da família das crianças.

Com essa possibilidade de aceitação, o profissional, terá ainda políticas públicas que garante sua formação nesta área, respeite seus direitos civis, sem discriminação por sua orientação sexual ou identidade sexual.

Referências

BRASIL, **Diretrizes Curriculares nacionais para educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2012.

_____. **Constituição Federal do Brasil**. São Paulo, S.P Editora escala, 2010.

_____. RCNEI. Referencial curricular nacional da educação infantil/ministério da educação e do desporto, secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. V.1.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **BRASIL SEM HOMOFÓBIA: Programa de combate à violência e a discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

GRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

JÚNIOR, Durval Muniz Muniz de Albuquerque. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, Chaliton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima e NUNES, Maria Lúcia da Silva (org.) **Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares.** Campina Grande: EDUEPB, 2010.

PICAZIO, Cláudio. **Sexo secreto: temas polêmicos da sexualidade.** São Paulo. Summus editorial Ltda, 1999.

RABELO, A. O. **A MEMÓRIA DAS NORMALISTAS DO INSTITUTO SARAH KUBITSCHKE DE CAMPO GRANDE/RJ.** Orientada pelo Professor Doutor em Filosofia Michel Angel Barrenechea. Monografia de Mestrado em Memória Social e Documentos. UNIRIO: Rio de Janeiro, 2004 (125 p.).

SCHILLING, Flavia. **Saberes: bases teóricas para uma atuação inclusiva, inclusão/exclusão, dentro/fora: reflexões sobre a construção da ordem.** In: tecendo os fios da inclusão : caminhos do saber e do fazer. Eduardo Gomes Onofre, Maria Lindaci Gomes de Souza (org.). João Pessoa, PB. Editora universitária da UFPB, 2008.

SENADO FEDERAL. Secretaria especial de editoração e publicações subsecretaria de edições técnicas. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** 3. Ed. Brasília: 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade.** Editora Vozes.1994. Petrópolis, RJ.

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino.** Depto. de didática da faculdade de ciências e letras/UNESP- Araguara. cad.pes. São Paulo nº96.1996.